

2025



[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

2025

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da **Centro Municipal de Educação Infantil Santa Luzia**, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

*Educar é semear com sabedoria
e colher com paciência.*

Augusto Cury.

Sumário

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	6
3. Histórico	7
4. Missão	7
5. Diagnóstico	8
5.1. Análise SWOT.....	8
5.2. Resultados Finais do ano anterior	9
6. Objetivos.....	9
6.1. Objetivo Geral	9
6.2. Objetivos Específicos	9
7.Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica	10
7.1. Princípios Legais	10
7.2. Princípios Epistemológicos.....	11
7.3. Princípios didático-pedagógicos.....	11
7.4. Princípios Éticos.....	12
7.5. Princípios Estéticos.....	13
8.Estrutura e Funcionamento da Instituição	13
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	13
8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos	13
8.3. Organização das turmas e Participação Discente	14
8.3.1. Educação Infantil.....	14
8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado.....	14
8.3.3. Regimento Escolar	15
8.3.4. Conselho de Classe	16
8.4. Recursos humanos.....	17
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	17
8.4.2. Docentes	17
8.4.3. Assistente de Desenvolvimento Infantil (Monitores)	18
8.4.4. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais	19
9.Organização Curricular	20
9.1. Educação Infantil.....	20
9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas	21
10.Iniciativas Educacionais	27
10.1. Projetos municipalizados e institucionais	27

10.2. Projetos da Instituição.....	36
10.3. Temas Transversais	39
11. Avaliação	40
11.1. Critérios de Avaliação.....	40
11.1.1. Educação Infantil	40
11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	41
12.Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	43
13. Referências Bibliográficas	46
14. Ata de Aprovação	49
15. Anexos	51



1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico do CMEI Santa Luzia tem como pressuposto filosófico, psicológico, sociológico as ações educativas que assegurem ao educando o direito ao desenvolvimento integral e saudável respeitando a cultura local e seus saberes. As ações pedagógicas serão desenvolvidas e fundamentadas na concepção e atitudes construtivistas definidas por Emília Ferreiro e nas ações que caracterizam o pensamento de Paulo Freire.

As teorias desenvolvidas por Emília Ferreiro deixam de fundamentar-se em concepções mecanicistas. Do ato de ensinar o processo desloca-se para o ato de aprender por meio da construção de um conhecimento que é realizado pelo educando, uma vez que ele está no centro de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Estimular aspectos motores, cognitivos e afetivos são muito importantes, mas vinculados ao contexto da realidade sociocultural dos alunos. O pensamento de Paulo Freire baseia-se em três etapas: Etapa de investigação: busca conjunta entre professor e aluno, dentro do seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive.

Etapa de tematização: momento de tomada de consciência do mundo através da análise social do significado das palavras.

Etapa da problematização: etapa em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e acrítica do mundo para uma postura conscientizada.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome: Centro Municipal de Educação Infantil Santa Luzia		
Endereço: Quadra 01, setor D, Área especial Campos Lindos, Cristalina-GO		
Endereço Eletrônico: cmeisantaluzia@cristalina.go.gov.br		
Zona rural		
CNPJ: 11.316.451/0001-59	Código INEP: 52112608	Forma de Manutenção: Pública
Lei de Criação: Lei de criação nº 1.809 de 04 de Agosto de 2006.		
Ato Autorizativo em Vigor: Resolução de Renovação de Autorização de Funcionamento CME nº 67 de 27 de setembro de 2023.		

Níveis e Modalidades Ofertados:

Educação Infantil – Creche

Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:

Matutino – 07:30 às 11:30 horas

Vespertino – 13:00 às 17:00 horas

3. Histórico

O Centro Municipal De Educação Infantil CMEI Santa Luzia foi inaugurado no dia 25 de maio de 2006 e entrou em funcionamento no dia 29 do mesmo mês. A secretaria de Cidadania e Trabalho ficou no local, com sua equipe, por uma semana, trabalhando na organização e dinamização dos ambientes do CMEI para receber as crianças em lugar confortável e agradável.

O CMEI Santa Luzia foi criado para atender a clientela de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade, preferencialmente das famílias que os pais trabalhavam, concretizando uma antiga reivindicação.

A instituição tem características peculiares pela sua localização e demanda existente. Atende a comunidade que exerce atividades temporárias nas empresas com trabalhadores rurais, basicamente. Iniciou-se com quatro turmas a contar: berçário, maternal, jardim I e jardim II, totalizando setenta crianças. O CMEI Santa Luzia está vinculado na secretaria de educação com supervisão pedagógica de formação e efetividade dos funcionários. Atualmente o CMEI Santa Luzia atende a clientela de 01 ano a 04 anos e 11 meses, totalizando em média quatrocentas e quarenta e duas crianças até o momento da elaboração deste documento.

4. Missão

Temos como missão primar pela educação de qualidade considerando os aspectos individuais de cada criança e seu ritmo de aprendizagem. Para tanto, utilizaremos diversas estratégias com aulas atrativas e dinâmicas enfatizando o lúdico em um ambiente saudável e propício à aprendizagem, objetivando assim, a aquisição do conhecimento através da participação ativa da mesma. Estimularemos ainda o desenvolvimento da autonomia, a parceria família-escola e o convívio com a diversidade, favorecendo a formação de cidadãos aptos à realidade social bem como estimulando a comunidade a adotar hábitos saudáveis como prevenção de doenças.

5. Diagnóstico

5.1 Análise SWOT

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
- A equipe gestora é acessível e atuante a todo momento na instituição;	- Indisponibilidade de tempo de alguns familiares para participar de alguns eventos da instituição;
- A instituição utiliza com responsabilidade a autonomia;	- Número insuficiente de salas para atender à demanda da comunidade;
- A instituição faz bom uso dos recursos financeiro;	- Carência de uma Secretária Geral e de Coordenadores de turno;
- A coordenação pedagógica realiza reuniões frequentemente;	- Necessidade de construir muro ao redor da Instituição e colocar portão fechado.
- A instituição tem forte parceria com as empresas locais;	
- A instituição possui atendimento satisfatório na sala do AEE;	
- A instituição é acolhedora com os alunos e familiares	
- A equipe gestora realiza com frequência a busca ativa das crianças infrequentes, quando necessário até se locomovendo ao endereço das mesmas.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
- Participação em programas de treinamento e formação do AlfaMais Goiás;	- Incompreensão dos pais em situações desfavoráveis de incidentes ocorridos com os educandos na Instituição;
- Entrega de Kits escolares para as crianças de baixa renda familiar;	- Incompreensão dos pais em relação às vagas para matrícula. Pressão por vagas.
- Estágio para jovens aprendizes;	
- Construção de novas salas;	
- Treinamento da equipe em primeiros socorros;	
- Ampliação da sala do AEE.	

5.2. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transf.	Evadidos	Matrícula Final
Agrup. 1 ano	49	2	9	38
Agrup. 2 anos	103	4	13	89
Agrup. 3 anos	134	6	6	122
Agrup. 4 anos	234	20	-	214

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Como primeira etapa da educação básica, a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.

Garantir que o aluno desenvolva uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações, descubra e conheça progressivamente seu corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. Estabeleça vínculos afetivos e troca com adultos e crianças fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social. Estabeleça e amplie cada vez mais as relações sociais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração. Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades. Utilize as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas a diferentes intenções e situações de comunicação, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva. Conheça algumas manifestações culturais, demonstrando atitude de interesse, respeito e participação frente a elas valorizando a diversidade.

6.2. Objetivos Específicos

1. Primar pelo senso criativo, solidário e ativo;
2. Garantir atendimento qualitativo nos aspectos biopsicossocial e educacional;
3. Desenvolver, cotidianamente, atividades que integram o cuidar e o educar conforme a faixa etária;
4. Oportunizar melhorias de trabalho para funcionários da instituição.
5. Buscar constantemente a otimização administrativa, pedagógica e funcional da instituição;
6. Envolver os pais em um trabalho integrado e articulado a CMEI.

7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição. Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	1	X	
Secretaria	1	X	
Sala de professores	1	X	
Sala de coordenação pedagógica	-	-	-
Sala de leitura ou biblioteca	-	-	-
Sala de TV e vídeo	-	-	-
Sala de informática	-	-	-
Sala de Recursos/AEE	1	X	
Sala de ciências / laboratório	-	-	-

Auditório	-	-	-
Sala de aula	10	X	
Almoxarifado	1	X	
Depósito de material de limpeza	1	X	
Despensa	1	X	
Refeitório	-	-	-
Pátio coberto	1	X	
Quadra de esportes descoberta	-	-	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-
Cozinha	1	X	
Sanitário dos funcionários	1	X	
Sanitário dos alunos	4	X	
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	1	X	
Rampas	1	X	
Corrimão	1	X	

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²
1 ano	A	18	20m ²	1 ano	B	18	20m ²
2 anos	A	19	20m ²	2 anos	C	20	20m ²
2 anos	B	25	30m ²	2 anos	D	23	30m ²
3 anos	A	24	35 m ²	3 anos	C	24	35 m ²
3 anos	B	24	35 m ²	3 anos	D	25	35 m ²
4 anos	A	25	35 m ²	3 anos	E	24	35 m ²
4 anos	B	25	35 m ²	4 anos	F	25	35 m ²
4 anos	C	24	35 m ²	4 anos	G	24	35 m ²
4 anos	D	25	35 m ²	4 anos	H	25	35 m ²
4 anos	E	24	35 m ²	4 anos	I	24	35 m ²
			-				
TOTAL DISCENTE		233		TOTAL DISCENTE		232	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025

8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e

superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM).

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A professora Evanina Maria de Souza, profissional responsável pelo AEE do turno matutino da Instituição tem especialização em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva.

A professora Valéria França da Silva Bezerra, profissional responsável pelo AEE do turno vespertino da Instituição tem especialização em AEE e educação Inclusiva

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;

II- Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como, elaborar o Plano Anual do Atendimento Educacional Especializado;

III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;

IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;

VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;

VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.

IX – Realizar o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em novembro de 2024.

8.3.3. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, alinhando-se às normas estabelecidas pelo Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Educação.

8.3.4. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Coordenadora Geral	Valdirene Neves Calazás	Superior/pedagogia	Efetivo
Assistente de Ensino	Adriana Costa da Silva Moura	Nível médio	Nomeação
Assistente de Ensino	Jéssica Paiva Gomes	Nível médio	Efetivo
Coord. Pedagógico Matutino	Evanina Maria Souza	Superior/pedagogia	Contrato temporário
Coord. Pedagógico Vespertino	Valéria França da Silva Bezerra	Superior/pedagogia	Efetiva

FONTE: Modulação 2025

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série	turno	Situação Funcional
Marly Fonseca Gomes da Cruz	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 1 ano A	Matutino	Contrato Temporário
Vanessa Cristina de Jesus	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 1 ano B	Vespertino	Contrato Temporário
Helâne Mayara de O. C. Alencar	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 2 anos A	Matutino	Contrato Temporário
Gislene de Matos Pedroso	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 2 anos B	Matutino	Concursada
Elcilene Mascarenhas dos Santos	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 2 anos C	Vespertino	Contrato Temporário
Benedita da Costa Nunes Bezerra	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 2 anos D	Vespertino	Contrato Temporário
Patrícia Rosa de Oliveira	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 3 anos A	Matutino	Contrato Temporário
Eliane Pereira dos Santos	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 3 anos B	Matutino	Contrato Temporário
Juciléia Barbosa de Sousa	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 3 anos C	Vespertino	Contrato Temporário
Raquel Lima Araújo Inácio	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 3 anos D	Vespertino	Efetiva
Francisca Carvalho de Sousa Porto	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 3 anos E	Vespertino	Contrato Temporário
Vera Lúcia Freitas Ferreira	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos A	Matutino	Contrato Temporário
Adelaide Alves Ribeiro	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos B	Matutino	Efetiva
Leonice Pereira da Silva Ferreira	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos C	Matutino	Contrato Temporário
Erika Amanda Alves Rodrigues	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos D	Matutino	Concursada
Cristiane Pereira de Jesus	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos E	Matutino	Contrato Temporário
Luziana Ramos da Rocha	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos F	Vespertino	Contrato Temporário

Tânia Silva Camilo	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos G	Vespertino	Contrato Temporário
Regiane Rodrigues de Almeida	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos H	Vespertino	Contrato Temporário
Katiane da Conceição Santos	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos I	Vespertino	Contrato Temporário

FONTE: Modulação 2025

8.4.3. Assistente de Desenvolvimento Infantil (Monitores)

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Sara Pereira Roberto de Jesus	Ensino Médio	Monitora 1 ano A Matutino	Estagiário IEL
Ana Luisa Barbosa dos Santos	Pedagogia	Monitora 1 ano A Matutino	Estagiário IEL
Yaskra Tames Coelho de Oliveira	Pedagogia	Monitora 1 ano B vespertino	Estagiário IEL
Daniely Aparecida da Silva Vasconcelos	Ensino Médio	Monitora 1 ano B vespertino	Estagiário IEL
Franciele Santos Bruno	Ensino Médio	Monitora 2 ano A matutino	Estagiário IEL
Lavínia Cristina Paulino Themistocles	Pedagogia	Monitora 2 ano A matutino	Estagiário IEL
Yanny Yasmim Souza Negreiro	Pedagogia	Monitora 2 ano B matutino	Estagiário IEL
Antonia Efigênia da Silva Landin	Pedagogia	Monitora 2 ano B matutino	Estagiário IEL
Angel Nathaly da Silva Kmiecik	Ensino Médio	Monitora 2 ano C vespertino	Estagiário IEL
Jennifi Maria Souza Dias	Ensino Médio	Monitora 2 ano D vespertino	Estagiário IEL
Rayca Thaissa de Oliveira Coelho	Pedagogia	Monitora 2 ano D vespertino	Estagiário IEL
Maryna do Nascimento Silva	Pedagogia	Monitora 3 anos A matutino	Estagiário IEL
Mylena Ramos Gonçalves	Pedagogia	Monitora 3 anos A matutino	Estagiário IEL
Ana Clara da Silva Leite	Ensino Médio	Monitora 3 anos B matutino	Estagiário IEL
Emilly Lorrane Aparecida dos Santos	Ensino Médio	Monitora 3 anos B matutino	Estagiário IEL
Maria Eduarda Soares Carvalho	Ensino Médio	Monitora 3 anos C vespertino	Estagiário IEL
Mariane Pereira Xavier	Ensino Médio	Monitora 3 anos C vespertino	Estagiário IEL
Josdanni Yenire Sinfonates Ferrer	Ensino Médio	Monitora 3 anos D vespertino	Estagiário IEL
Larissia Caetano de Souza	Ensino Médio	Monitora 3 anos D vespertino	Estagiário IEL

Beatriz Oliveira Costa	Ensino Médio	Monitora 3 anos E vespertino	Estagiário IEL
Patrícia Maria Nunes Rodrigues	Pedagogia	Monitora 3 anos E vespertino	Estagiário IEL
Vitória Castro dos Passos	Ensino Médio	Monitora 4 anos C matutino	Estagiário IEL
Ingrid Mirely Sousa Silva	Pedagogia	Monitora 4 anos D matutino	Estagiário IEL
Pamela Thaina da Silva Laçal	Ensino Médio	Monitora 4 anos E matutino	Estagiário IEL
Wanny Gabrielly Lino da Costa	Ensino Médio	Monitora 4 anos G vespertino	Estagiário IEL
Maria Thaylla Pereira Gomes	Ensino Medio	Monitora 4 anos H vespertino	Estagiário IEL
Gabriella da Silva Rodrigues	Ensino Médio	Monitora 4 anos I vespertino	Estagiário IEL

8.4.4. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Daniela Francisca dos Anjos	Ensino Médio	ASG	Efetivo
Jovercina Faria Pereira	Ensino Fundamental	ASG	Efetivo
Maria Elenita Cruz de Brito	Ensino Fundamental	ASG	Efeito
Silvaneide das Almas de Queiroz	Ensino Médio	ASG	Concursada
Jaqueline dos Anjos das Virgens	Ensino Médio	ASG	Concursada
Danielle Alves dos Santos	Ensino Médio	ASG	Concursada
Núbia Ramos de Souza Gonçalves	Ensino Médio	ASG	Concursada
Sueli Caldeira de Miranda	Ensino Fundamental	Merendeira	Efetiva
Eliane Ferreira de Almeida	Ensino Fundamental	Merendeira	Efetiva
Maria Nilza do Nascimento	Ensino Fundamental	Merendeira	Efetiva
Rosilda da Silva Cardozo	Ensino Fundamental	Merendeira	Contrato
Edimundo Ferreira da Costa	Superior	Vigia	Efetivo
Marcio Máximo da Silva	Superior	Vigia	Efetivo
Maria Cláudia Lopes Ferreira	Ensino Fundamental	Porteira	Contrato

FONTE: Modulação 2025

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música,

a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas.

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)

Orientação Metodológica:

Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC.

Ação Pedagógica:

Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:

Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, voltado para o letramento e a formação dos professores da Pré-escola.

Ação Pedagógica:

Implementação de práticas pedagógicas voltados ao letramento, oportunizando diariamente o contato com o mundo letrado, bem como o acompanhamento contínuo dos educadores e autoavaliação da práxis pedagógica.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:

O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM)**. Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: SIAM

Orientação Metodológica:

O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores fazer a autoavaliação de sua prática, analisando as suas ações pedagógicas, seus pensamentos e seu desempenho. É uma ferramenta de autoconhecimento que viabiliza o crescimento profissional.

Ação Pedagógica:

Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem analisar a prática pedagógica, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas de acordo com as habilidades a serem desenvolvidas, implementar atividades de acordo com a BNCC e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Promover a formação contínua do professor
- 2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
- 3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
- 4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
- 5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
- 6-Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
- 7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:

1- Promover a formação contínua do professor:

Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:

Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:

Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:

As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:

Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:

Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:

As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada**Orientação Metodológica:**

Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:

Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa**Orientação Metodológica:**

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não falem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

- 1- **Comunicação proativa:** Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, pulseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
- 2- **Prazos claros:** Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
- 3- **Suporte na regularização:** A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de saúde.
- 4- **Acompanhamento de casos específicos:** Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Acompanhamento das rotinas
- 2- Padronização das atividades
- 3- Correção de atividades
- 4- Dificuldades de aprendizagem
- 5- Registro de situações atípicas
- 6- Exposição de materiais nas salas de aula
- 7- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
- 8 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
- 9- Conhecimento da BNCC
- 10- Comprometimento com a formação continuada
- 11- Gestão da hierarquia e normas escolares
- 12 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:

1- Acompanhamento das rotinas:

Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Padronização das atividades:

Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão.

3- Correção de atividades:

Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.

4-Dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.

5-Registro de situações atípicas:

Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

6-Exposição de materiais nas salas de aula:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.

7-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:

Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

8-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

9-Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

10-Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

11-Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.

12-Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

10. Iniciativas Educacionais

10.1. Projetos municipalizados e institucionais

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
Justificativa:	O bullying e o cyberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Espaços de escuta: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e cyberbullying. * Atividades pedagógicas: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * Formação: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying.

	<p>* Campanhas de conscientização: Divulgação de materiais informativos sobre o tema.</p> <p>* Apoio psicológico: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.</p>
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	<p>* Aumento da conscientização sobre bullying e cyberbullying.</p> <p>* Redução dos casos de bullying na escola.</p> <p>* Ambiente escolar mais seguro e acolhedor.</p> <p>* Promoção de uma cultura de paz e respeito.</p> <p>* Maior engajamento de pais e professores no combate ao bullying.</p>
	<p>Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/</p> <p>Post: <i>Escola que protege</i></p>

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA	
Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-	
Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras , campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA -21 a 28 de agosto-	
---	--

Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -20 de novembro-	
Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal.
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver projetos antirracistas dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola. *Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL	
Proponente:	Governo Federal - Lei nº 10.639/03
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiáspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

Diversidade étnico-racial e inclusão	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a diversidade étnico-racial e a inclusão visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.

Metodologia:	<p>* Capacitação de Educadores: Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade.</p> <p>* Adaptação Curricular: Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares.</p> <p>* Campanhas de Conscientização: Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes.</p> <p>* Ações Afirmativas: Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências.</p> <p>* Monitoramento e Avaliação: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escolar.
Resultados esperados:	<p>* Redução da Evasão Escolar: A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua.</p> <p>* Aumento na Performance Escolar: Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitadas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis.</p> <p>* Maior Representatividade e Apreciação da Diversidade: As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva.</p> <p>* Fortalecimento da Identidade e Autoestima: O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar.</p> <p>* Redução de Atos Discriminatórios: Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.</p>

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -18 de maio-	
Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança -Lei 9.970/2000
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.

Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE -05 de Junho-	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos currículos escolares) - Lei nº 9.795.
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A Lei nº 9.795/1999 reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. • Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. • Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na comunidade escolar (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social.

	* Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da Lei nº 9.795 .
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA Brinquedos recicláveis: diversão sustentável	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática-
Justificativa:	A reciclagem é uma maneira criativa e inteligente de reduzir o impacto ambiental e uma ótima forma de ensinar às crianças através da construção de brinquedos recicláveis. Além disso, promove a consciência ecológica, estimula a criatividade, a coordenação motora e o reaproveitamento de materiais que normalmente seriam descartados.
Objetivo Geral:	A reciclagem é uma maneira criativa e inteligente de reduzir o impacto ambiental e uma ótima forma de ensinar às crianças através da construção de brinquedos recicláveis. Além disso, promove a consciência ecológica, estimula a criatividade, a coordenação motora e o reaproveitamento de materiais que normalmente seriam descartados.
Metodologia:	Diálogo sobre o que é reciclagem e a importância de cuidar do meio ambiente; Propor uma "missão ecológica" em que as crianças, com a ajuda das famílias, possam trazer materiais como garrafas PET, tampinhas, caixas de leite, rolos de papel higiênico, entre outros; Oficinas de construção de brinquedos; Dividir as crianças em pequenos grupos e, com o auxílio dos professores, construir brinquedos reciclados.
Público-alvo:	Agrupamento de 1,2,3, e 4 anos, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito e sustentabilidade ao meio ambiente. Engajamento e conscientização das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA - 01 a 07 de abril-	
Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.

Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS -19 de abril-	
Proponente:	Organizações, governos e escolas - Lei 14.402/2022
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH -01 de agosto-	
Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA -1º sábado de junho-	
Proponente:	
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.

Objetivo Geral:	
Metodologia:	
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE	
Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	<p>* A crescente problemática do abandono de animais no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental.</p> <p>* Além disso, a falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local.</p> <p>* A educação é a chave para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.</p>
Objetivo Geral:	<p>* Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e os impactos do abandono e maus-tratos de cães e gatos, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono.</p> <p>* Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.</p>
Metodologia:	<p>* Inserção da temática nos planos de aulas, relacionados aos direitos dos animais e à importância da guarda responsável. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania.</p> <p>* Realização de palestras educativas com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono.</p> <p>* Atividades práticas e interativas, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas.</p> <p>* Ações comunitárias, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	* Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se

	<p>que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade.</p> <p>* Diminuição do número de casos de abandono de animais, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais.</p> <p>* Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais.</p> <p>* Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas.</p> <p>* Melhora no bem-estar dos animais que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.</p>
--	--

Programa Saúde na Escola - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes: 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	
Resultados esperados:	*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas. *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

10.2. Projetos da Instituição

Leitura no Jardim.	
Justificativa:	A leitura é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, desde os primeiros anos de vida. No Jardim de Infância, a introdução à leitura não se dá apenas por meio de livros, mas por meio de

	experiências que envolvem o contar de histórias, a escuta atenta, a exploração de imagens e o compartilhamento de narrativas.
Objetivo Geral:	O projeto busca estimular o interesse pela leitura desde a Educação Infantil, promovendo o gosto pelos livros e incentivando o desenvolvimento da imaginação, da curiosidade e da linguagem.
Metodologia:	A metodologia do projeto será baseada na abordagem construtivista de aprendizagem, onde as crianças são incentivadas a interagir com os textos e com o ambiente, explorando e criando significados para as narrativas. As atividades serão realizadas de forma lúdica, integrando jogos, músicas e brincadeiras, promovendo a participação ativa dos alunos.
Público-alvo:	O projeto é destinado às crianças dos agrupamentos de 1 a 4 anos.
Resultados esperados:	Projeto de Leitura no Jardim visa, além de proporcionar o contato inicial com a leitura, cultivar o prazer pela literatura desde cedo, contribuindo para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças. Com a participação ativa de todos os envolvidos, este projeto pode tornar-se uma ponte para o despertar do amor pela leitura, que acompanhará as crianças ao longo de toda a sua vida escolar.

Horta	
Justificativa:	Envolver as crianças em atividades que proporcionem o gosto pelo cultivo e degustação dos vários tipos de hortaliças.
Objetivo Geral:	Conscientizar as crianças sobre a responsabilidade e cuidado das sementes e mudas que serão plantadas, ressaltando a importância de contribuir com o meio ambiente e alimentar-se de forma saudável com os alimentos plantados.
Metodologia:	Orientar as crianças à trazer sementes e mudas de casa; Fazer o plantio das sementes e mudas; Levar as crianças diariamente para regar as plantas; Dar oportunidade às crianças de aprender a cultivar plantas e utilizar como alimento; Conscientizar da importância de estar saboreando um alimento saudável e nutritivo cultivado por elas mesmas; Degustação do alimento semeado e cultivado
Público-alvo:	O projeto é destinado às crianças dos agrupamentos de 1 a 4 anos.
Resultados esperados:	Estimular a cooperação e a socialização entre os alunos. Desenvolver a coordenação motora através de atividades como plantar, regar e colher ajudam no desenvolvimento motora fina e grossa.

Festa Junina	
Proponente:	Comunidade escolar.
Justificativa:	Festa Junina na Educação Infantil é uma celebração cultural que proporciona às crianças a oportunidade de vivenciar e valorizar as tradições populares brasileiras. Essa festividade permite o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e motoras, além disso, estimula a socialização e a cooperação entre os pares.

Objetivo Geral:	Promover de forma lúdica e educativa, o contato das crianças com a cultura e as tradições das festas juninas, estimulando a socialização, a coordenação motora e o desenvolvimento da linguagem por meio de danças, brincadeiras e atividades temáticas.
Metodologia:	Roda de Conversa: Falar sobre a origem das festas juninas e suas tradições; Confecção de bandeirinhas, e painéis temáticos; Música e dança: Ensaios para a quadrilha e outras danças típicas; Contaçãõ de histórias: Lendas e contos juninos para estimular a imaginação; Exploração sensorial e gastronômica; Festa Junina como culminância; Participar da quadrilha e de outras danças.
Público-alvo:	Agrupamentos de 1, 2, 3 e de 4 anos.
Resultados esperados:	Estimular a socialização, a coordenação motora e o desenvolvimento da linguagem por meio de danças, brincadeiras e atividades temáticas.

Passeio à Agrobrasília	
Proponente:	Agrupamento de 4 anos.
Justificativa:	A exposição permite que as crianças tenham contato direto com a natureza, os animais e as práticas agrícolas, proporcionando uma experiência sensorial rica. Além disso, a visita contribui para o desenvolvimento da curiosidade, da consciência ambiental e do respeito pelos seres vivos, alinhando-se aos princípios da educação infantil, que valoriza a aprendizagem por meio da exploração e da vivência prática.
Objetivo Geral:	Favorecer a socialização e o trabalho em grupo; Estimular a interação entre as crianças em um contexto diferente do ambiente escolar.
Metodologia:	Incentivar o toque em diferentes texturas (terra, folhas, cascas de árvores), observação de cores e formas da natureza, e escuta de sons do ambiente; Interação com Animais: Visitaçãõ de espaços onde as crianças possam observar de perto animais domésticos, promovendo respeito e cuidado com os seres vivos. Atividade prática simples, como plantar uma muda ou tocar em sementes, para estimular o vínculo com a agricultura. Pausa para lanche e descanso.
Público-alvo:	Agrupamento de 4 anos.
Resultados esperados:	Desenvolver a curiosidade e a observação; Incentivar a exploração do ambiente, despertar o interesse pelo meio natural e produtivo.

Passeio ao Zoológico	
Proponente:	Agrupamento de 4 anos.
Justificativa:	Trabalhar conceitos como classificação dos animais (domésticos, selvagens, terrestres, aquáticos etc.).

Objetivo Geral:	Proporcionar uma experiência lúdica e educativa sobre os animais, seus habitats e cuidados necessários.
Metodologia:	Rodas de conversa sobre os animais e suas características; Diálogo sobre os animais visto pelo passeio no zoológico; Atividades artísticas (desenho, pintura, modelagem) sobre os animais; Construção de um mural coletivo com imagens e informações dos animais que serão vistos; Exploração de músicas e vídeos educativos; Elaboração de regras de convivência e cuidados durante o passeio.
Público-alvo:	Agrupamento de 4 anos.
Resultados esperados:	Desenvolver a empatia, respeito pelos animais e pelo meio ambiente. Promover a socialização e a cooperação entre as crianças.

Festa da família	
Proponente:	Comunidade escolar
Justificativa:	As famílias são diversas: monoparentais, adotivas, homoafetivas, entre outras. A festa da família reconhece e respeita essa diversidade.
Objetivo Geral:	Promover a valorização e o reconhecimento de todas as configurações familiares, fortalecendo os laços de afeto, respeito e união entre crianças, responsáveis e a comunidade escolar, por meio de uma celebração inclusiva e acolhedora.
Metodologia:	Distribuição das turmas para diferentes apresentações (músicas, teatros, poesias, danças etc.); Envolvimento dos professores na preparação das atividades; Coral e jogral com canções sobre família; Peças teatrais curtas sobre o valor da família; Declamação de poemas ou poesia; Dança com coreografias que simbolizam união e carinho; Confecção de cartazes, painéis e lembrancinhas sobre o tema.
Público-alvo:	Comunidade escolar.
Resultados esperados:	Reconhecer e respeitar a diversidade.

10.3. Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A **BNCC** propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências**, **Geografia** e até

Matemática, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e **inclusão étnico-racial** são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.

Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade** se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 59 de 27/09/2016.

11.1. Critérios de Avaliação

11.1.1. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes

regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensorio-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano, justificando a nota dada.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

“A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DO CMEI SANTA LUZIA		
O que detectamos em 2024 que precisamos melhorar ou solucionar em 2025?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	<ul style="list-style-type: none">✓ Evasão das crianças sem comunicar a instituição;✓ Faltas excessivas de algumas crianças sem justificativa.	<ul style="list-style-type: none">✓ Conscientizar os responsáveis sobre a importância de a criança estar no ambiente escolar, promovendo o desenvolvimento da mesma;✓ Fazer busca ativa das crianças com faltas excessivas sem justificativa, se necessário ir até o domicílio dessa criança.
RELAÇÕES COM OS ALUNOS	<ul style="list-style-type: none">✓ Alguns casos de mordidas com as crianças dos Agrupamentos de 1 e 2 anos.	<ul style="list-style-type: none">✓ Promover atividades com interação entre os agrupamentos, como roda de conversa e músicas educativas.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de participação em algumas decisões da Instituição; ✓ Desigualdade de tratamento, benefícios e privilégios exclusivos a determinadas pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conversa participativa com todos os funcionários; ✓ Gestão Democrática, direitos e deveres iguais para todos; respeito mútuo.
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de acompanhamento e desinteresse de alguns responsáveis pelo cotidiano escolar dos filhos; ✓ Falta de compreensão sobre situações que ocorrem com a criança no cotidiano escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar a participação efetiva dos responsáveis na escola; realizando eventos como a Festa da Família e reuniões periódicas para esclarecer sobre a realidade escolar e conscientizá-los a respeito da importância do apoio deles na vida escolar dos filhos.; ✓ Explicar por que ocorrem determinadas situações e como são resolvidas pela Instituição.
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O local foi adaptado conforme orientação do Corpo de Bombeiros; ✓ Infiltração e mofo nas paredes do depósito da Cantina. ✓ Filtros dos bebedouros vencidos; ✓ Carência de ventiladores no pátio e salas de aula; falta de muro e portão fechado. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Placas sinalizadoras; recarga dos extintores de incêndio; saídas de emergência sinalizadas; ✓ Problema solucionado pela gestão. ✓ Fazer a troca semestral dos filtros; ✓ Providenciar a aquisição de ventiladores juntamente à Secretaria de Educação.

<p>PRIORIDADES DO PDDE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas. ✓ Lembrete: 80% custeio ✓ 20% capital 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Custeio: Aquisição de materiais de limpeza, utensílios de cozinha, materiais pedagógicos e de expediente, prestação de serviços e manutenção. ✓ Capital: sugestão: Ventiladores, Toldos.
<p>SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequada ✓ Resolução de Renovação de Autorização de Funcionamento CME nº 67 de 27 de setembro de 2023. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aguardando o novo CERCON. Já foram cumpridas as solicitações do Corpo de Bombeiros e estamos aguardando a emissão do documento.

13. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás*. Brasília: MEC, 2023.

Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar*. São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.

A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.

Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.

A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás*. Goiânia: Editora Goiás, 2021.

Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.

A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas*. São Paulo: Editora Educativa, 2021.

Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.

As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985. A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998. O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização.* São Paulo: Ática, 2001.
A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento.* In: *Escola Básica.* Coletânea CBE Campinas, Papyrus, 1992.
O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005.
A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

14. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA LUZIA

Cristalina-GO, 28 de março de 2025

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2025, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais do CMEI Santa Luzia para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2025. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2024 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2025. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Valdirene Neves Calazás	Coordenadora Geral	Valdirene N. Calazás
Adriana Costa da Silva Moura	Assistente de Educação	Adriana Costa da S. Moura
Jéssica Paiva Gomes	Assistente de Educação	Jéssica Paiva Gomes
Evanina Maria Souza	Coord. Pedagógica	Evanina Maria de Souza
Valéria França da Silva	Coord. Pedagógica	Valéria França da Silva
Marly Fonseca Gomes da Cruz	Professora	Marly F. Gomes da Cruz
Vanessa Cristina de Jesus	Professora	Vanessa Cristina de Jesus
Helâne Mayara de O.C Alencar	Professora	Helâne Mayara de O.C Alencar
Gislene de Matos Pedroso	Professora	Gislene de Matos Pedroso
Elcilene M. dos Santos	Professora	Elcilene M. dos Santos
Benedita da Costa N. Bezerra	Professora	Benedita da C.B. Nunes
Patricia Rosa de Oliveira	Professora	Patricia Rosa de Oliveira
Eliane Pereira dos Santos	Professora	Eliane Pereira dos Santos
Juciléia Barbosa de Sousa	Professora	Juciléia Barbosa de Sousa
Raquel Lima A. Inácio	Professora	Raquel Lima A. Inácio
Francisca Carvalho de S. Porto	Professora	Francisca Carvalho de S. Porto
Vera Lúcia F. Ferreira	Professora	Vera Lúcia F. Ferreira
Adelaide Alves Ribeiro	Professora	Adelaide Alves Ribeiro
Leonice Pereira da S. Ferreira	Professora	Leonice Pereira da S. Ferreira
Erika Amanda A. Rodrigues	Professora	Erika Amanda Alves Rodrigues
Cristiane Pereira de Jesus	Professora	Cristiane Pereira de Jesus
Luziana Ramos da Rocha	Professora	Luziana R. da Rocha
Tânia Silva Camilo	Professora	Tânia Silva Camilo
Regiane Rodrigues de Almeida	Professora	Regiane R. Almeida
Katiane da Conceição Santos	Professora	Katiane da Conceição Santos
Daniela Francisca dos Anjos	ASG	Daniela F. dos Anjos
Jovercina Faria Pereira	ASG	Jovercina Faria Pereira

Maria Elenita Cruz de Brito	ASG	Maria Elenita Cruz de Brito
Silvaneide das Almas de Queiroz	ASG	Silvaneide das Almas de Queiroz
Danielle Alves dos Santos	ASG	Danielle A. dos Santos
Jaqueline dos A. das Virgens	ASG	Jaqueline dos A. das Virgens
Núbia Ramos de S. Gonçalves	ASG	Núbia Ramos S. Gonçalves
Sueli Caldeira de Miranda	Merendeira	Sueli Caldeira de Miranda
Eliane Ferreira de Almeida	Merendeira	Eliane Ferreira de Almeida
Maria Nilza do Nascimento	Merendeira	Maria Nilza do Nascimento
Rosilda da Silva Cardoso	Merendeira	Rosilda da Silva Cardoso
Edimundo Ferreira da Costa	Vigia	
Marcio Máximo da Silva	Vigia	
Maria Cláudia Lopes Ferreira	Porteira	Maria Cláudia Lopes Ferreira
Sara Pereira Roberto de Jesus	Monitora	Sara Pereira Roberto de Jesus
Ana Luisa B. dos Santos	Monitora	Ana Luisa B. dos Santos
Yaskra Tâmilis C. de Oliveira	Monitora	Yaskra Tâmilis C. de Oliveira
Daniely A. da S. Vasconcelos	Monitora	Daniely A. da S. Vasconcelos
Franciele Santos Bruno	Monitora	Franciele Santos Bruno
Lavínia Cristina P. Themistocles	Monitora	Lavínia Cristina P. Themistocles
Yanny Yasmim Souza Negreiro	Monitora	
Antonia Efigênia da Silva Landin	Monitora	Antonia Efigênia da Silva Landin
Angel Nathaly da Silva Kmiecik	Monitora	Angel Nathaly da Silva Kmiecik
Jennifi Maria Souza Dias	Monitora	Jennifi Maria Souza Dias
Rayca Thaissa de O. Coelho	Monitora	Rayca Thaissa de O. Coelho
Maryna do Nascimento Silva	Monitora	Maryna do Nascimento Silva
Mylena Ramos Gonçalves	Monitora	Mylena Ramos Gonçalves
Ana Clara da Silva Leite	Monitora	Ana Clara da Silva Leite
Emilly Lorrane A. dos Santos	Monitora	Emilly Lorrane A. dos Santos
Maria Eduarda Soares Carvalho	Monitora	Maria Eduarda S. Carvalho
Mariane Pereira Xavier	Monitora	Mariane Pereira Xavier
Josdanni Yenire Sinfontes Ferrer	Monitora	Josdanni Yenire S. Ferrer
Larissia Caetano de Souza	Monitora	Larissia Caetano de Souza
Beatriz Oliveira Costa	Monitora	Beatriz Oliveira Costa
Patrícia Maria Nunes Rodrigues	Monitora	Patrícia Maria Nunes Rodrigues
Vitória Castro dos Passos	Monitora	Vitória Castro dos Passos
Ingrid Mirely Sousa Silva	Monitora	Ingrid Mirely Sousa Silva
Pamela Thaina da Silva Laçal	Monitora	Pamela Thaina da Silva Laçal
Wanny Gabrielly Lino da Costa	Monitora	Wanny Gabrielly Lino da Costa
Maria Thaylla Pereira Gomes	Monitora	Maria Thaylla Pereira Gomes
Gabriella da Silva Rodrigues	Monitora	Gabriella da Silva Rodrigues

15. Anexos





DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do **CMEI Santa Luzia** para o ano letivo de 2025, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade. O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes e fluxo escolar. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Os resultados do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e fins da educação brasileira. Além disso, atende à Lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, e à Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB para tornar obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, incluindo a educação especial como modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. O documento também está respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura os direitos dos estudantes no ambiente escolar.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças; o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e

os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento, garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico da escola está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2025.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.